

LÍRICA EM TEMPOS AUTORITÁRIOS: NOTAS SOBRE DRUMMOND E CELAN

Jaime GINZBURG*

Lizandro Carlos CALEGARI**

Maria Isabel LONDERO***

RESUMO

Estudo das relações entre Carlos Drummond de Andrade e Paul Celan. Abordagem voltada para as conexões entre produção literária e contextos políticos autoritários, na lírica do século XX.

Este estudo apresenta alguns resultados parciais de estudos realizados dentro do Projeto Integrado Literatura e Autoritarismo¹. O objetivo deste artigo é apontar alguns elementos caracterizados por ambivalência presentes em composições poéticas de Carlos Drummond de Andrade e Paul Celan.

A hipótese de trabalho consiste em que aparecem, na produção literária dos dois poetas, marcas de ambivalência, em homologia com o contexto histórico, profundamente atingido por contradições. Seguindo a linha de interpretação proposta por Theodor Adorno na *Teoria Estética* (Adorno, 1988), antagonismos sociais estão articulados com antagonismos formais. O senso de contradição presente no horizonte sócio-cultural em que esses poetas produziram foi interiorizado na própria forma dos poemas.

* Professor Adjunto da Universidade Federal do Espírito Santo.

** Orientando do prof. Jaime Ginzburg, Universidade Federal de Santa Maria.

*** Orientando do prof. Jaime Ginzburg, Universidade Federal de Santa Maria.

1 Projeto financiado pelo CNPq, e desenvolvido com apoio de FAPERGS, FIPE-UFSM e FIEIX-UFSM.

Entre as contradições vividas no Brasil e na Alemanha nos períodos históricos em que esses autores produziram, cabe ressaltar um elemento comum. Em ambos os casos, guardadas as diferenças de escala e de conseqüências, houve modernizações conservadoras. Esse fenômeno social é contraditório em sua base. Temos a aparência de modernização em razão do desenvolvimento tecnológico e da acentuação da força do campo industrial. No entanto, temos simultaneamente uma linha de ações conservadoras, no que se refere à conduta das elites, à estrutura ideológica e cultural, e às matrizes de ordenação política.

As modernizações conservadoras têm impacto decisivo sobre a experiência coletiva. As relações sociais são pautadas em incertezas, pois a vivência de mudanças é constantemente contrariada pela vivência de sujeições a uma ordem conservadora. Esse impacto é mais difícil de elaborar em regimes autoritários, quando o controle conservador é muito maior.

Esse é o caso do contexto em que Drummond escreve *A Rosa do Povo*, submerso entre o horror da Segunda Guerra e a violência do Estado Novo. Estilisticamente, são muitas as semelhanças entre os poemas de Drummond redigidos nesse período e alguns textos de Paul Celan, que elaborou o trauma da Guerra no contexto alemão.

O Brasil esteve submetido, em especial na década de 40, a uma série de transformações políticas, econômicas e sociais. O término da Primeira Guerra, em 1918, e a subsequente experiência da Segunda Guerra Mundial de 1942 a 1945 exigiram adaptações da sociedade brasileira. As reformas deram prioridade aos interesses da classe dirigente, em detrimento de necessidades da maioria da população. O historiador Edgar Luiz de Barros, ao tratar acerca da democracia nas primeiras décadas do século XX, escreve que:

Na base e no topo do sistema político (...) permaneceu a velha concepção dos donos do poder, mando em lugar de mandato, com o Estado e o governo intocáveis em sua essência, quistos horrendos da herança absolutista colonial. Existia uma relativa liberdade, mas

absolutamente estática, incapaz de desencadear dinamismos irreversíveis de democratização. Praticamente inexistia sociedade civil, tudo convergia loucamente para o Estado, e a política era uma atividade desnaturada, um mero automatismo, quase sempre oportunista e fisiológico. (Barros, 1991, p.8)

As restrições impostas à sociedade civil brasileira estimularam-na a uma reação adversa, de forma que se dispôs a exigir uma efetiva representatividade dentro da nação. A intervenção das organizações populares, inevitavelmente, consistia em um fato político novo na conjuntura da democratização (Barros, 1991). A participação das classes trabalhadoras no cenário político foi impulsionada pelo anseio de melhorias de condições devido ao estado de calamidade pelo qual o país atravessava.

O que o país reclamava intensamente era uma ordem nova, uma nova República, ajustada às suas condições de existência, apta a resolver seus problemas fundamentais, não só no plano político, mas também no plano econômico e social, garantindo-lhe a unidade, desenvolvendo-lhe as fontes de riqueza, amparando-lhe o trabalho, cujas reivindicações mais elementares eram tidas como “casos de polícia”. (Schwartzman, 1983, p.24)

O autoritarismo, consolidado na feroz ditadura introduzida em 1937, assumiria uma configuração decisiva no que tange aos rumos e à constituição da sociedade brasileira. José Antonio Segatto, ao traçar um conjunto de reflexões acerca do caráter excessivamente dominante do Estado na formação histórica brasileira, enfatiza a forma como as dominações eram conduzidas:

Em quase todas as tentativas de organização, mobilização, reivindicações, contestação da ordem, por parte das classes dominadas, o Estado agiu prontamente para impedir, seja pela repressão pura e

simples seja por outras formas, como a manipulação e a cooptação ou ainda por meio da criação de instrumentos jurídico-políticos de controle e exclusão. (Segatto, 1999, p.102)

Sob o impacto dos desdobramentos da Revolução de 1930, algumas vivências cruciais para as mudanças econômico-sociais do país foram o declínio das oligarquias, o fortalecimento do populismo, e o aumento da importância estratégica atribuída às cidades, em detrimento do campo, no processo de modernização industrial que propiciou um incentivo ao consumismo. A sociedade civil estava amordaçada pelos setores militares, atrelados ao Governo Vargas. Nesse ponto, Simon Schwartzman salienta que “um dos maiores títulos do Governo Getúlio Vargas foi o combate empreendido contra o comunismo, que chegou a assumir, entre nós, em certa época, proporções ameaçadoras” (Schwartzman, 1988, p.103).

O fim do mandato de Vargas impulsionou-o na elaboração de um golpe – conhecido como Plano Cohen, que previa uma revolução comunista e o assassinato de centenas de políticos brasileiros – concedendo-lhe poderes ditatoriais. O sucesso do golpe, inspirado no nazi-fascismo, concorreu para a instituição do Estado Novo, em novembro de 1937.

Os poderes de que a ditadura passaria a dispor não apresentavam limites. A brutalidade cometida pela classe dirigente, recalcada no apoio militar, girava em torno das repressões das contestações armadas por meio de torturas, execuções e perseguições variadas; perda de direitos políticos entre professores, governadores, prefeitos; financiamento da montagem de aparelhos repressivos, dentre outras.

Os objetivos prioritários dos governos militares eram pautados na segurança e no desenvolvimento. Metas essas contestadas devido ao desigual desenvolvimento que beneficiou a poucos, e à promoção da segurança para o Estado à custa da insegurança da população. As conseqüências do aguçamento das desigualdades ficaram visíveis nas grandes cidades, assoladas pela violência.

O término da Primeira Guerra Mundial em 1918 significou, em esca-

las mundiais, um período de tensão principalmente para aqueles países economicamente mais estáveis e diretamente mais envolvidos na batalha como, dentre outros, os Estados Unidos, a União Soviética, a Alemanha. O período entreguerras acomodou experiências que, em conjunto, afeiçoaram o mundo da época. Nesse particular, Paulo G. Fagundes Vizentini salienta alguns fatos peculiares decorrentes do conflito:

A desilusão, ceticismo e incerteza em relação ao futuro, que marcaram o pós-guerra (fim da *belle époque* anterior à 1914), a crise sócio-econômica e o temor das elites, a pressão dos grupos financeiros e industriais pelos seus interesses e a crescente organização operária, levam ao descrédito das instituições liberais e ao ascenso do autoritarismo e do fascismo, que empregavam a violência, o nacionalismo expansionista, a ditadura, que utilizavam amplamente os novos métodos de propaganda e comunicação de massa. (Vizentini, 1996, p.12)

A Alemanha, subseqüentemente à guerra, apresentava uma situação econômico-financeira instável. Isso contribuiu para que a sociedade civil alemã experimentasse a miséria, a pressão de militares e a agitação dos nacionalistas – dentre os quais se destacava o Partido Nacional-Socialista de Adolf Hitler. Este aderiu ao racismo, ao totalitarismo, ao antimarxismo, e ao unipartidarismo como propostas ideológicas para reerguer o Estado alemão da crise então vigente. Em meio à ditadura hitlerista, salienta-se ainda que

Os sindicatos foram liquidados, os direitos fundamentais praticamente revogados e a liberdade da imprensa extinta. O regime agiu com terror brutal contra as pessoas que não lhe agradavam; milhares desapareceram sem qualquer processo judicial em campos de concentração apressadamente erigidos. Órgãos parlamentares em todos os níveis ou foram dissolvidos ou destituídos de poderes; instituiu-se em toda parte o “princípio do Führer”. (Romer, 1979, p.40)

Marcos Cezar de Freitas discute alguns aspectos recorrentes ao nazismo. O autor enfatiza que a percepção do mundo entreguerras faz-se necessária à percepção das influências dos ideais fascistas e nazistas, que, a rigor, justificaria os episódios de violência até então não imaginados (Freitas, 1998).

O autor ainda tem em conta que a repercussão da proposta ideológica relativa ao nacionalismo fascista espelharia de forma semelhante às práticas subjacentes ao nazismo alemão. Nesses termos, quando se medita a respeito do nacionalismo implantado por Hitler, parece reticente, ressalva o autor, pensar que o “nacionalismo, de uma forma geral, é um mito de unificação, um apelo à homogeneização dos interesses” (Freitas, 1998, p.16). Nesse particular, segundo ele, entra em pauta a idéia de que

a nação é apresentada como um interesse superior aos interesses particulares e, por isso, defendê-la significa abrir mão das diferenças. Aceitando esse raciocínio, a sociedade não tem conflitos no seu interior. Não existem classes sociais, existe a nação, a grande “mãe” que soluciona o problema de todos. (Freitas, 1998, p.17)

Durante a Segunda Guerra Mundial, a Alemanha sofreu danos irreparáveis. O exército alemão sofreu sucessivas derrotas pelo exército russo. Juntamente com forças romenas, húngaras e italianas, uma centena de divisões alemãs foi destruída. A Alemanha foi bombardeada sem ressentimento. Cresceu geometricamente a tonelagem de bombas lançadas sobre a Alemanha. Cidades alemãs foram transformadas em ruínas e as vítimas entre a população civil atingiram cifras impressionantes (Vizentini, 1996).

Ainda com relação ao término do advento da Segunda Grande Guerra, cabe destacar que a “vida pública alemã estava a tal ponto abalada, que só passado algum tempo órgãos alemães independentes se puderam desenvolver e assumir funções administrativas e de governo” (Arntz, 1964, p.90).

Como se pode observar nesse sentido,

the second world war ended without producing the foundations for a new and more stable order. The borders of Europe were rolled back by one thousand miles and a thousand years, new hatred, new oppression, and another totalitarian regime threatening the peace of the world were left behind. (Lowenstein, 1964, p.169)

Com a busca de organização – tanto no Estado alemão como no caso brasileiro – convive a inserção de uma concepção de vida política pautada na violência. A busca da ordem e mesmo da reconstrução nacional frisavam a adoção de práticas tais como massacres, controle da vida ideológica e moral, aprisionamentos. E, para pensar em termos de literatura, Karl E. Scollhammer propõe em seus estudos uma abordagem da violência na obra literária. Na visão do autor,

a violência tem uma presença na literatura moderna que não permite reduzi-la a uma extravagância de gosto duvidoso ou aberração. Ao contrário, a violência aparece como constitutiva da cultura nacional, como elemento “fundador”. Além de participar na simbolização da violência, a literatura procura nela um suporte para a experiência criativa que explora e transgride os limites expressivos da representação escrita. (Scholhammer, 2000, p.236)

Iumna Maria Simon, caracterizando o processo paradoxal de formação da sociedade, ressalva que a arte passou a incorporar elementos que a definem como ambígua (Simon, 1995). A autora ainda pontua que “a ambigüidade, a contradição, são valores que estão no próprio ato de criação poética: enquanto seu mecanismo interno (...) e em suas articulações com o mundo exterior” (Simon, 1978, p.26).

Em face disso, é relevante destacar o modo como Zygmunt Bauman avalia a modernidade e a concepção de ambivalência. Na ótica de Bauman, a existência é moderna na medida em que possibilita a alternativa da ordem e do caos. Conforme o autor salienta, parece reticente inferir que “sem a

negatividade do caos, não há possibilidade da ordem; sem o caos, não há ordem” (Baumann, 1999, p.15). Nesses termos, se a história, num primeiro momento, coloca-se como pano de fundo incumbida de aspectos paradoxais no que tange à repercussão dos fatos, ele é, por isso mesmo, condição fundamental para assegurar o estado de ambivalência (Baumann, 1999).

Em termos de linguagem, o mesmo autor assim define o vocábulo:

A ambivalência, possibilidade de conferir a um objeto ou evento mais de uma categoria, é uma desordem específica da linguagem, uma falha da função nomeadora (segregadora) que a linguagem deve desempenhar. O principal sintoma de desordem é o agudo desconforto que sentimos quando somos incapazes de ler adequadamente a situação e optar entre ações alternativas. (Baumann, 1999, p.9)

A presença da ambivalência em poemas de *A Rosa do Povo* e *Cristal* estaria articulada ao caráter paradoxal da vida política no Brasil e na Alemanha. Observe-se o fragmento do poema “Uma Hora e Mais Outra”, de Drummond:

77. furados os olhos,
78. a língua enrolada,
79. os dedos sem tato,
80. a mente sem ordem,
81. sem qualquer motivo
82. de qualquer ação,
83. tu vives: apenas
84. sem saber por quê,
85. como, para quê,
86. tu vives: cadáver

O texto indica a ausência de um referencial em que o sujeito lírico possa apoiar-se. Sua fragilidade se configura como automutilação e des-

compasso. O verso 77 sugere a impossibilidade de o sujeito lírico conceber e associar as imagens concretamente; o verso 78 aponta para a dificuldade de expressão verbal, e ainda, no verso 79, para a reação mediante algum fato. A incompreensão e a descentralização – conforme sugere a expressão “mente sem ordem” (v. 80) -, desnor-teiam-se perante as circunstâncias da vida. Observa-se que o sujeito lírico apresenta um conjunto de feições similares à de um “cadáver” (v. 86), no entanto lhe é indagado acerca da razão de viver, conferindo-lhe um caráter de vivacidade.

Apesar de o sujeito lírico ostentar uma série de elementos que o caracterizam como fragmentado e reprimido, ele é racional o bastante para indagar sua própria vivacidade (v. 83/84). Junta-se a isso o fato de o fragmento ser composto de versos em redondilha menor, o que sugere uma ordenação. Em contraposição a isso, o conteúdo é fragmentado e paradoxal, o que reforça essa idéia de ambivalência do poema.

A ambivalência ainda pode ser detectada no poema “Movimento da Espada”, do mesmo autor:

1. Estamos quites, irmão vingador.
2. Desceu a espada
3. e cortou o braço.
4. Cá está ele, molhado em rubro.
5. Dói o ombro, mas sobre o ombro
6. tua justiça resplandece.
-
16. Mutilado, mas quando movimento
17. em mim procura ordem.
18. O que perdi se multiplica
19. e uma pobreza feita de pérolas
20. salva o tempo, resgata a noite.
21. Irmão, saber que és irmão,
22. na carne como nos domingos.
-

29. Sobre minha mesa, sobre minha cova, como brilha o sol!
30. Obrigado, irmão, pelo sol que me deste,
31. na aparência roubando-o
32. Já não posso classificar os bens preciosos.
33. Tudo é precioso...
34. e tranqüilo
35. como olhos guardados nas pálpebras.

Na terceira estrofe, a procura da ordem em meio à mutilação demonstra a necessidade que o sujeito lírico sente em encontrar um referencial de apoio. Nesse particular, Antonio Candido salienta que “o eu estrangulado é, em parte, consequência, produto das circunstâncias; (...) o eu torto do poeta é igualmente uma espécie de subjetividade de todos, ou de muitos, no mundo torto” (Candido, 1995, p.127). O caráter ambíguo persiste aí pelo fato de que – mesmo mutilado, sem ação, paralisado – o sujeito ainda tem consciência de que existe nele muito movimento em procura de um equilíbrio (v. 16/17), que é representado pela “ordem” (v. 17). Outro fato que pode ser arrolado em função disso, na opinião de John Gledson, é que as “imagens fragmentárias tentam demonstrar algo do ambiente do Estado Novo” (Gledson, 1981, p.164). A justaposição de elementos contraditórios presentes no verso 19 – “pobreza” e “pérolas” – reforça a idéia de desordem em que se encontra o sujeito lírico, porém, essa desordem não o impede de raciocinar, não o torna totalmente alienado, conforme sugere o vocábulo “saber” (v. 21).

O poema encerra-se de maneira brilhante, sendo que se torna possível inferir que o sujeito lírico agradece o “irmão” pelo fato de o ter matado. A naturalização da morte aprofunda a idéia de sofrimento angustiado evidenciada ao longo do poema. Através de uma criação poética fragmentária, o sujeito tenta reagir, por meio de uma reflexão crítica aos sistemas que o oprimem.

No que concerne à literatura alemã, Eloá Heise e Ruth Röhl atentam para o fato de que, ao longo do século XX, a tendência da conduta da produ-

ção literária recaiu sobre uma elaboração consciente de fatos históricos e de experiências coletivas. Com base nisso, as autoras acrescentam que a poesia adquiriu caráter eminentemente político.

No que se refere a Paul Celan, cabe ressaltar que ele consiste no representante mais importante da poesia hermética da lírica alemã contemporânea (Adorno, 1988). Nesse particular, Theodor Adorno ressalva o seguinte:

Este lirismo está impregnado da vergonha da arte perante o sofrimento, que se subtrai tanto à experiência como à sublimação. Os poemas de Celan querem exprimir o horror extremo através do silêncio. O seu próprio conteúdo de verdade torna-se negativo. Imitam uma linguagem aquém da linguagem impotente dos homens, e até de toda a linguagem orgânica, a linguagem do que está morto nas pedras e nas estrelas. (Adorno, 1988, p.354)

Tendo em vista essa abordagem, cabe observar o poema “A Marca de uma Mordida”:

1. A marca de uma mordida em lugar algum.
2. também a ela
3. tens de combater,
4. a partir daqui.

Conforme Adorno expôs na consideração precedente, a proposta de Celan é no sentido de que o silêncio seja o viés através do qual o sujeito lírico possa expressar sua dor, eis aí então uma ambivalência. E, por isso mesmo, o autor de “A Marca de uma Mordida”, no exercício dessa função, apresenta uma poesia breve, de apenas quatro versos.

O verso 01 apresenta o vocábulo “mordida” que sugere a noção reticente à dor, ao tormento, ao gasto e à corrosão. A ambivalência encontra-se exatamente aí, na medida em que o sujeito lírico constata a “marca de

uma mordida” (v. 01) – o que exigiria uma representação – no entanto, ao que segue, ele se contradiz alegando que essa “marca” não está presente “em lugar algum” (v. 01).

Para essa condição, faz-se necessário o “combate” (v. 03). A análise, a rigor, se constrói no sentido do abstrato. A “mordida” (v. 01) não é, pois, apresentada em sentido concreto, sugerindo a mutilação, mas “também” (v. 02) no sentido da mutilação da consciência. Outro fato que pode ser arrolado em função disso diz respeito à prevenção desse sentimento, tal como sugere o vocábulo “combater” (v. 03). A solução paradoxalmente encontra-se no “aqui” (v. 04) – vocábulo esse indeterminado. A falta de um referente para o termo justifica essa indefinição de solução.

A ambivalência pode ainda ser evidenciada em “Foste a Minha Morte”:

1. Foste minha morte:
2. pude deter-te,
3. enquanto tudo me escapava.

Nesse poema, a ambivalência é resultado do sintagma “minha morte” (v. 01). O pronome possessivo intensifica esse aspecto. No verso 01, o sujeito lírico admite estar morto, no entanto, a análise do verso 02 remete à idéia de ele estar vivo, uma vez que o sujeito lírico supostamente pode detê-la.

Drummond e Celan experimentaram eventos sublinhados pela violência e pelo massacre. Por isso mesmo, poemas como “Uma Hora e Mais Outra”, “Movimento da Espada”, “A Marca de uma Mordida” e “Foste a Minha Morte” apresentam, em comum, o fato de terem presentes elementos caracterizados por ambivalência em suas composições. Em *A Rosa do Povo*, de Drummond, poemas como “Carrego Comigo” e “O Mito”, e em *Cristal*, de Paul Celan, poemas como “Quando Me Abandonei em Ti” e “Salmo”, entre outros, podem ser avaliados sob a mesma ótica.

Em uma próxima etapa da pesquisa, pretende-se examinar outros

poemas destes autores e compará-los ainda com textos do canadense Gaston Miron. O objetivo é verificar se, guardadas as especificidades de cada um, conseguimos identificar formulações poéticas comuns em meio a processos históricos de modernizações conservadoras instituídas em períodos autoritários. Na perspectiva adorniana, nossa hipótese consiste em que o trauma exercido pela violência do sistema autoritário e da guerra motiva a busca de novas experiências com a linguagem poética, pois os recursos convencionais da lírica tradicional não são suficientes para representar contradições tão complexas e profundas, interiorizadas pela experiência coletiva e sujeitas à reflexão por parte dos escritores.

ABSTRACT

GINZBURG, Jaime, CALEGARI, Lizandro Carlos, LONDERO, Maria Isabel. Lyric in authoritarian times: notes about Drummond and Celan, *Temporis(Ação)*, Goiás, v.1, n.5/6, jan/dez. 2002.

This study examines Carlos Drummond de Andrade and Paul Celan. The approach is dedicated to investigate how literary production is developed in authoritarian regimes, in the XXth century.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. *Teoria estética*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

ANDRADE, Carlos Drummond. A rosa do povo. In: —. *Nova reunião*. 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympo, 1987.

ARNTZ, Helmut. *A Alemanha no passado e no presente*. 3.ed. Wiesbaden: Wiesbadener Graphische Betriebe GmbH, 1964. Vol. III.

BARROS, Edgar Luiz de. *O Brasil de 1945 a 1964*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1991.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

CANDIDO, Antonio. Inquietudes na poesia de Drummond. In: —. *Vários escritos*. 3.ed. revisada e ampliada. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

CELAN, Paul. *Cristal*. Seleção e tradução Claudia Cavalcanti. São Paulo: Iluminuras, 1999.

- FREITAS, Marcos Cezar de. *Integralismo: fascismo caboclo*. São Paulo: Ícone, 1998.
- GLEDSO, John. *Poesia e poética de Carlos Drummond de Andrade*. São Paulo: Duas Cidades, 1981.
- HEISE, Eloá, RÖHL, Ruth. *História da Literatura Alemã*. São Paulo: Ática, 1986.
- LÖWENSTEIN, Hubertus Prince zu. *A Basic History of Germany*. Berlin: Printed by Graphische Betriebe W. Buxenstein GmbH, 1964.
- PEREIRA, Carlos Alberto et al. (org.). *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- RÖMER, Karl. *A Alemanha de hoje*. Trad. José Camurça Bonn. Editado pelo Lexikon-Institut Bertelsmann, 1979.
- SCHWARTZMAN, Simon (org.). *Estado Novo, um auto-retrato*. Brasília: CPDOC/FGV, Editora Universidade de Brasília, 1983.
- SEGATTO, José Antonio. Cidadania de ficção. In: SEGATTO, José Antonio, BALDAM, Ude. *Sociedade e literatura no Brasil*. São Paulo: UNESP, 1999.
- SIMON, Iumna Maria. *Drummond: a poética do risco*. São Paulo: Ática, 1978.
- . Esteticismo e participação: as vanguardas poéticas no contexto brasileiro (1954-1969). In: PIZARRO, Ana. *América Latina: palavra, literatura e cultura*. São Paulo: Ed. da UNICAMP, Memorial, 1995. v. III.
- VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *Segunda Guerra Mundial: relações internacionais do século 20*. 4.ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1996.